

## **MENSAGEM N.º 542, DE 2022**

(Do Poder Executivo)

Submete à apreciação do Congresso Nacional portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme o seguintes atos: - TVR 43/2022 - Portaria nº 1.091, de 03 de novembro de 2020 - Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, no município de Marapoama - SP; - TVR 44/2022 - Portaria nº 1.092, de 03 de novembro de 2020 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento, no município de Livramento - PB; - TVR 45/2022 - Portaria nº 1.098, de 03 de novembro de 2020 - Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú, no município de Grajaú - MA; - TVR 46/2022 - Portaria nº 3.177, de 30 de julho de 2021 - Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias - SE; - TVR 47/2022 - Portaria nº 3.219, de 10 de agosto de 2021 - Associação Comunitária Educativa e Cultural Glória Embratel, no município de Porto Alegre - RS; - TVR 48/2022 - Portaria nº 3.251, de 10 de agosto de 2021 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, no município de Moreira Sales - PR; - TVR 49/2022 -Portaria nº 3.253, de 10 de agosto de 2021 - Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense, no município de Lagarto - SE; - TVR 50/2022 -Portaria nº 3.270, de 10 de agosto de 2021 - Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva Collaziol Scotta, no município de Canoas - RS; - TVR 51/2022 - Portaria nº 3.397, de 24 de agosto de 2021 Associação Princesa de Rádio Comunitária, no município de Juruena -MT; - TVR 52/2022 - Portaria nº 3.400, de 24 de agosto de 2021 -Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto, no município de Itapetinga - BA.

## **DESPACHO:**

TRANSFORMADA EM: TVR-43/2022, TVR-44/2022, TVR-45/2022, TVR-46/2022, TVR-47/2022, TVR-48/2022, VR-49/2022, TVR-50/2022, TVR-51/2022 E TVR-52/2022

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

### MSC EM FORMATO DIFERENTE DO WORD 542/2022 POSSUI INTEIRO Página 1 de 22

anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez seguintes atos: submeto à apreciação de Vossas Excelências, Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, Portarias que renovam

- Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, no município de Marapoama SP; 1 - Portaria nº 1.091, de 3 de novembro de 2020 - Associação Beneficente
- 2 Portaria nº 1.092, de 3 de novembro de 2020 Associação Comunitária de
- Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento, no município de Livramento PB; 3 - Portaria nº 1.098, de 3 de novembro de 2020 - Associação Comunitária de
- Radio e Difusão de Grajaú, no município de Grajaú MA;
- 4 Portaria nº 3.177, de 30 de julho de 2021 Associação Cultural e
- Comunitária de Simão Dias, no município de Simão Dias SE
- <u> Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel no município de Porto Alegre RS;</u> 5 - Portaria nº 3.219, de 10 de agosto de 2021 - Associação Comunitária

6 - Portaria nº 3.251, de 10 de agosto de 2021 - Associação Comunitária de

- Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales, no município de Moreira Sales PR; 7 - Portaria nº 3.253, de 10 de agosto de 2021 - Associação de Radiodifusão
- Comunitária Lagartense, no município de Lagarto SE;
- 8 Portaria nº 3.270, de 10 de agosto de 2021 Associação Cultural,

Comunitária, Recreativa e Esportiva Collaziol Scotta, no município de Canoas - RS,

9 - Portaria nº 3.397, de 24 de agosto de 2021 - Associação Princesa de Rádio

Comunitária, no município de Juruena - MT; e

Itapetinguense João Félix Neto - BA, no município de Itapetinga - BA 10 - Portaria nº 3.400, de 24 de agosto de 2021 - Associação Comunitária

Brasília, 26 de setembro de 2022.





9.612, de 19 de fevereiro de 1998 com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marapoama, estado de São Paulo, em conformidade da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação 03.274.176/0001-20, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2003, o Serviço Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária de Marapoama, inscrita no CNPJ nº Encaminho o Processo nº 53000.007892/2014-40, que veicula a Portaria de Renovação

- quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1409/2020/SEI-MC, de modo documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- outubro de 2020. Portaria MC nº 1091, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a
- 4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

## MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 3 de 22

nº 53000.007892/2014-40, resolve: de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.001120/1999 e atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas

Comunitária na localidade de Marapoama, estado de São Paulo. Comunicação Comunitária de Marapoama, inscrita no CNPJ nº 03.274.176/0001para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão a autorização outorgada à Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de novembro Associação Beneficente Cultural de

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998,

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita de Faria**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 03/11/2020, às 18:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº</u> 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.mctic.gov.br/verifica.html">http://sei.mctic.gov.br/verifica.html</a>, informando o código verificador **5995563** e o código CRC **25A07946**.

Referência: Processo nº 53000.007892/2014-40



## MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 4 de 22

de 19 de fevereiro de 1998. que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612. Radiodifusão Comunitária na localidade de Livramento, estado da Paraíba, em conformidade com o da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação 04.930.259/0001-92, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de junho de 2015, o Serviço de Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Social de Livramento, inscrita no CNPJ nº Encaminho o Processo nº 53900.016431/2015-03, que veicula a Portaria de Renovação

- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9854/2020/SEI-MCTIC, de Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- outubro de 2020 Portaria MC nº 1092, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 16 de Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



### MSC EM FORMATO DIFERENTE DO 542/2022 POSSUI INTEIRO WORD Página 5 de 22

nº 53900.016431/2015-03, resolve: de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000098/2002 e atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas

direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cultural e Social de Livramento, CNPJ nº 04.930.259/0001-92, para exécutar, sem Livramento, estado da Paraíba. autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de junho de

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998,

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# **FABIO FARIA**

Ministro de Estado das Comunicações



Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 03/11/2020, às 18:45 8.539, de 8 de outubro de 2015. (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº</u> Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita de



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **5995577** e o código CRC **69AB02BD**. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.016431/2015-03

## MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 6 de 22

técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 956/2020/SEI-MC, de modo da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área localidade de Grajaú, estado do Maranhão, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 prazo de dez anos a partir de 6 de janeiro de 2020, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Comunitária de Radio e Difusão de Grajaú, inscrita no CNPJ nº 02.587.094/0001-72, explore pelo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da Encaminho o Processo nº 01250.040476/2019-12, que veicula a Portaria de Renovação

novembro de 2020. Portaria MC nº 1098, de 16 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a

quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por

autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



### MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 7 de 22

de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53680.000863/1998 e nº 01250.040476/2019-12, resolve: atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas

do Maranhão. Grajaú, CNPJ nº 02.587.094/0001-72, para executar, sem direito de exclusividade, 2020, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radio e Difusão de Serviço de Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de janeiro de Radiodifusão Comunitária na localidade de Grajaú, estado

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998,

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

9

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



8.539, de 8 de outubro de 2015. (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº</u> Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 03/11/2020, às 18:45 Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita de



http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **5995716** e o código CRC **70F53EDC**. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

Referência: Processo nº 01250.040476/2019-12



ISC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 8 de 22

Excelentissimo Senhor Presidente da República

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.043545/2019-40,

comunitária, no município de Simão Dias, estado de Sergipe. emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, acompanhado da Portaria nº 3177 de 28 de julho de Comunitária de Simão Dias (CNPJ nº 03.104.322/0001-79), executante do serviço de radiodifusão 2021, publicada em 02 de agosto de 2021, que renova a outorga da Associação Cultural e aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7863436), invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8394/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7863632), com

deliberação do Congresso Nacional. da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 9 de 22

> atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição 8394/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7863632), com aplicação do Parecer Referencial nº 01250.043545/2019-40, invocando as razões presentes na Nota Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7863436), emitido pela Consultoria 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº Jurídica deste Orgão, resolve: O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da Técnica nº

estado de Sergipe. exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Simão Dias 2019, a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária de Simão Dias, no CNPJ nº Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de dezembro de 03.104.322/0001-79, para executar, sem direito

complementares. de Parágrafo único. A autorização reger-se-á 1998, leis subsequentes, seus regulamentos pela Lei nº 9.612, M de 19 de normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 30/07/2021, às 12:28

Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita

(horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u>

10.543, de 13 de novembro de 2020.



Serionica essinatura essinatura essinatura essinatura

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="http://sei.mctic.gov.br/verifica.html">http://sei.mctic.gov.br/verifica.html</a>, informando o código verificador **7931907** e o código CRC **E7669FF9**.

Referência: Processo nº 01250.043545/2019-40

SEI nº 7931907

Portaria 3177 (7931907)

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

SEI 01250.043545/2019-40 / pg. 30



invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3606/2021/SEI-MCOM, com aplicação do

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.031016/2019-01,

MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 10 de 22

> deliberação do Congresso Nacional. da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição

radiodifusão comunitária, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Radiodifusão Glória Embratel (CNPJ nº 05.111.499/0001-28), executante do

serviço de

de 2 de Agosto de 2021, que renova a outorga da Associação Comunitária Educativa e Cultural de Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 3219, de 02 de Agosto publicada em Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6854088), emitido pela

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

### FORMATO DIFERENTE DO MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO WORD Página 11 de 22

sua atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição 01250.031016/2019-01, invocando as razões presentes na Nota Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de Consultoria Jurídica deste Orgão, resolve: Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6854088), emitido pela 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 3606/2021/SEI-MCOM (SEI nº 6854095), com aplicação MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, do no Parecer Técnica

no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária Radiodifusão Glória Embratel, inscrita no CNPJ nº 05.111.499/0001-28, 2019, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de agosto de

leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares. Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 1998,

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 10/08/2021, às 20:43 10.543, de 13 de novembro de 2020. Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u>

S.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **7945597** e o código CRC **BFC9F93D**.

Referência: Processo nº 01250.031016/2019-01

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

Portaria 3219 (7945597)

SEI 01250.031016/2019-01

- Pg 8

MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 12 de 22

> emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, acompanhado da Portaria nº 3251 de 04 de Agosto aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6850664), invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3517/2021/SEI-MCOM (SEI nº 6850669), com do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Moreira Sales, estado do Paraná. de 2021, publicada em de 4 de agosto de 2021, que renova a outorga da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Moreira Sales (CNPJ nº 04.492.380/0001-80), executante Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.069226/2018-83

deliberação do Congresso Nacional. da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente apos Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



FORMATO DIFERENTE DO MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO WORD Página 13 de 22

> sua atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Consultoria Jurídica deste Orgão, resolve: Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6850664), emitido pela Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 3517/2021/SEI-MCOM (SEI nº 6850669), com aplicação 01250.069226/2018-83, invocando as razões presentes na Nota de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no ao uso de Parecer Técnica

executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Moreira Sales, estado do Paraná Cultural e Artístico de Moreira Sales, inscrita no CNPJ nº 04.492.380/0001-80, para autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei n.º 9.612, de 19 de 1998, eis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# Ministro de Estado das Comunicações **FABIO FARIA**



electronics

Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 10/08/2021, às 20:43 Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita 10.543, de 13 de novembro de 2020. (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u>

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>http://sei.mctic.gov.br/verifica.html</u>, informando o código verificador **7955765** e o código CRC **853A1CA1**.

Referência: Processo nº 01250.069226/2018-83

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

Portaria 3251 (7955765)

SEI 01250.069226/2018-83 / pg. 31

542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 14 de 22

comunitária, no município de Lagarto, estado de Sergipe. de 2021, publicada em de 4 de agosto de 2021, que renova a outorga da Associação de Radiodifusão emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 3253 de 04 de Agosto aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7614316), invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8324/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7858516), com Comunitária Lagartense (CNPJ nº 08.881.517/0001-49), executante do serviço de radiodifusão Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.033497/2019-81,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

deliberação do Congresso Nacional. da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 15 de 22

> atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição 8324/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7858516), com aplicação do Parecer Referencial nº 01250.033497/2019-81, invocando as razões presentes na Nota Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de Juridica deste Orgão, resolve: 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7614316), emitido pela Consultoria 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo n $^{ ext{o}}$ MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso Técnica nº

exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Lagarto, Lagartense, inscrita no CNPJ nº 08.881.517/0001-49, para executar, sem direito de autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de maio de

complementares. fevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de eis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

estado de Sergipe.

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 10/08/2021, às 20:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita

assinatura eletrònica

FD

10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **7955844** e o código CRC **B13155E7**. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 01250.033497/2019-81

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

Portaria 3253 (7955844)

SEI 01250.033497/2019-81 / pg.

. 128



ISC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 16 de 22

> aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7140152), invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6612/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7464560), com Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.080310/2017-77, Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

deliberação do Congresso Nacional da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente apos Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição serviço de radiodifusão comunitária, no município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul.

de 2021, publicada em de 05 de agosto de 2021, que renova a outorga da Associação Cultural, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 3270, de 05 de agosto

Comunitária, Recreativa e Esportiva Collaziol Scotta (CNPJ nº 97.130.884/0001-30), executante do

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



FORMATO DIFERENTE DO MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR WORD Página 17 de 22

> atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de Consultoria Jurídica deste Orgão, resolve: Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 7140152), emitido pela 6612/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7464560), com aplicação 01250.080310/2017-77, invocando as razões presentes na Nota de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso Parecer lécnica

executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no e Esportiva Collaziol Scotta, inscrita no CNPJ nº 97.130.884/0001-30, para 2018, a autorização outorgada à Associação Cultural, Comunitária, Recreativa município de Canoas, estado do Rio Grande do Sul. Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de setembro de

complementares. tevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de leis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# elesson. Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 10/08/2021, às 20:43 Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Ministro de Estado das Comunicações

FABIO FARIA



i A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **7960881** e o código CRC **F10E6C80**.

Referência: Processo nº 01250.080310/2017-77



ISC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 18 de 22

> emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 3397, de 18 de Agosto de aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6863757), município de Juruena, estado de Mato Grosso. invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3781/2021/SEI-MCOM (SEI nº 6863801), com Comunitária (CNPJ nº 03.863.623/0001-86), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no 2021, publicada em 2 de setembro de 2021, que renova a outorga da Associação Princesa de Rádio Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.010282/2019-92,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MSC FORMATO DIFERENTE DO 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR WORD Página 19 de 22

> atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Consultoria Jurídica deste Orgão, resolve: Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6863757), emitido pela Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 3781/2021/SEI-MCOM (SEI nº 6863801), com aplicação 01250.010282/2019-92, invocando as razões presentes na Nota de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da Parecer Técnica

estado de Mato Grosso. exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Juruena inscrita no CNPJ nº 03.863.623/0001-86, para executar, sem direito de 2019, a autorização outorgada à Associação Princesa de Rádio Comunitária, Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de agosto de

complementares. fevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de leis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



assinatura eletrônica

<u>10.543, de 13 de novembro de 2020.</u>

**企**.

Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 24/08/2021, às 19:06 Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u>



国法院通道 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **8013064** e o código CRC **4E5B80B0** http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 01250.010282/2019-92

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

Portaria 3397 (8013064)

SEI 01250.010282/2019-92

1 og. 35

invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8633/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7894610), com

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.067707/2018-54,

MSC 542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 20 de 22

aplicação do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6794152), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº 3400 de 18 de Agosto de 2021, publicada em 2 de Setembro de 2021, que renova a outorga da Associação Comunitária Itapetinguense João Félix Neto - BA (CNPJ nº 02.348.693/0001-33), executante do serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapetinga, estado da Bahia.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

STOTE OF LIGHT OF TOUR OF THE TOUR OF THE

MSC FORMATO DIFERENTE DO 542/2022 POSSUI INTEIRO WORD Página 21 de 22

> atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição 8633/2021/SEI-MCOM (SEI nº 7894610), com aplicação do Parecer Referencial nº 01250.067707/2018-54, invocando as razões presentes na Nota Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de Juridica deste Orgão, resolve: 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI nº 6794152), emitido pela Consultoria 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, 0 Técnica nº osu

Félix Neto - BA, inscrita no CNPJ nº 02.348.693/0001-33, para executar, sem direito 2019, a autorização outorgada à Itapetinga, estado da Bahia. exclusividade o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 14 de janeiro de Associação Comunitária Itapetinguense João

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, eis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# FABIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Faria, Ministro de Estado das Comunicações, em 24/08/2021, às 19:06 Documento assinado eletronicamente por Fábio Salustino Mesquita (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do <u>Decreto nº</u> <u>10.543, de 13 de novembro de 2020.</u>

assinatura eletrònica

http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **8023396** e o código CRC **1663B647**. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

Referência: Processo nº 01250.067707/2018-54

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original

Portaria 3400 (8023396)

SEI 01250.067707/2018-54 / pg

i Q



constantes das Portarias nºs 1.091, 1.092 e 1.098, de 2020; 3.177, 3.219, 3.251, 3.253, 3.270, 3.397 e 3.400, de 2021. Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso

WORD

Atenciosamente,

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral **LUIZ EDUARDO RAMOS** 

da Presidência da República



542/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO

Página 22 de 22

Documento assinado com Certificado Digital por Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da Nº de Série do Certificado: fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. República, em 27/09/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasíl, com

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 3650275 e o código CRC 1BA488CA no site. https://super.presidencia.gov.br/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

Referência: Caso responda este Oficio, indicar expressamente o Processo nº 53000.007892/2014-40

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

SEI nº 3650275

24

## FIM DO DOCUMENTO